

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Delação sem colaboração do MP

Divulgação

A nova prisão preventiva de Daniel Vercaro, decretada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), acendeu o rumor de que o banqueiro possa fazer uma delação premiada para evitar uma longa temporada no xadrez. Na letra da lei, um acordo de colaboração precisa passar pelo Ministério Público. Mas a Polícia Federal assumiu há tempos o protagonismo da investigação do caso Master. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi atropelado no momento da prisão e criticado pela demora em emitir uma manifestação sobre a representação da PF. Mendonça decidiu sem parecer do MP. O mesmo ocorreu quando o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, entregou ao presidente do STF, Edson Fachin, um relatório com informações sobre a relação do ministro Dias Toffoli com Vercaro. Na delação de Mauro Cid, a PF também assumiu a dianteira e o ministro Alexandre de Moraes homologou.



Pedro França/Agência Senado



Arquivo Pessoal

Advocacia na campanha

Aldo Rebelo, candidato à presidência da República, pela Democracia Cristã, escolheu o escritório Alcoforado Advogados Associados para atuar na campanha eleitoral de 2026. Assim, todas as questões legais estarão sob a responsabilidade do escritório, sediado em Brasília. O trabalho consiste, ainda, em assessoria estratégica.



Ficha limpa para casar

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou o PL 1973/23, que exige certidões de antecedentes criminais e cíveis para a habilitação ao casamento, alterando o Código Civil. A exigência visa proteger mulheres ao permitir o conhecimento de eventuais históricos de violência.

Habitué

O ministro Dias Toffoli é habituê do Trattoria da Rosario, no Lago Sul. O restaurante do chef Rosario Tessier é uma espécie de Piantella de outros tempos, ambiente frequentado por políticos e autoridades públicas. Em meio à crise com o caso Master, Toffoli foi visto várias vezes jantando tranquilamente no salão principal.



Imagem cedida ao Correio

Penas mais duras para corrupção no Judiciário

Tramita na Câmara dos Deputados projeto que aumenta a pena para os crimes de concussão e corrupção passiva quando praticados por magistrados. Atualmente, a pena para ambos os crimes é de dois a 12 anos de reclusão e multa. Texto aprovado pela CCJ da Câmara amplia a pena de 1/3 até a metade.



FLOUFFY/Unsplash



Novo crime em discussão: furto de pets

Projeto em discussão no Congresso que prevê aumento da pena para furtos, roubos e receptação tipifica o crime de furto de animais domésticos. A pena é de dois a seis anos de reclusão mais multa. O projeto foi aprovado pelo Senado e retorna para a Câmara.

Tese do ano

O advogado Guilherme Veiga apresentou a tese de doutorado no Ceub com uma banca de peso. Participaram o ministro Edson Fachin (orientador), o ex-presidente Michel Temer, o ministro aposentado Carlos Ayres Britto e os professores Luiz Rodrigues Wambier e Bruno Buonicore. O tema: abertura dialógica e produção de conhecimento no Supremo Tribunal Federal: mediações, audiências de contextualização e novos modelos procedimentais. Após a arguição, houve aprovação com distinção e indicação como tese do ano.



Arquivo pessoal

"Se as medidas requeridas pela Polícia Federal não forem acolhidas, em caráter de urgência, pode-se colocar em risco a segurança e a própria vida de pessoas que se tornaram vítimas dos ilícitos apontados nestes autos, bem como dificultar, sobremaneira, a recuperação de ativos bilionários que foram desviados dos cofres públicos e de particulares atingidos pelos variados crimes contra o sistema financeiro nacional apurados nestes autos"



Divulgação

Ministro André Mendonça, do STF, na decisão que respaldou as medidas da terceira fase da Operação Compliance Zero, com a prisão do banqueiro Daniel Vercaro